



PLANO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE COMPONENTE CURRICULAR - SEMESTRAL

IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO	NOME	DEPARTAMENTO OU EQUIVALENTE									
ENGJ65	LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO II	DEPT DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E GEODÉSIA									
CARGA HORÁRIA (estudante)		PRÉ-REQUISITO (POR CURSO)									
T	P	T/P	PE	E	TOTAL	ENGJ71					
68					68						
CARGA HORÁRIA (docente)		MÓDULO	SEMESTRE LETIVO DE APLICAÇÃO								
T	P	T/P	PE	E	TOTAL	T	P	T/P	PE	E	
68					68	45					2017.2

EMENTA

Análise sobre evolução histórica das normas nacionais e internacionais específicas para transporte de cargas e passageiros e produtos perigosos. Classificação, definição e identificação das classes e subclasses dos produtos químicos perigosos; Números ONU e nomes apropriados para embarque; precedência das características de risco; prescrições de serviços e manuseio para cada classe. Desenvolver reflexões acerca dos riscos ambientais no transporte rodoviário de produtos perigosos.

OBJETIVOS

Apresentar o conhecimento teórico e prático sobre a legislação do transporte de cargas perigosas, sobre suas diversas perspectivas, tais como: Da legislação internacional, Da legislação e do Sistema Nacional de transporte de cargas perigosas; Das Normas Gerais de Circulação e Conduta; Das causas mais comuns dos acidentes no transporte de produtos perigosos; Do Cidadão; Da Educação e treinamento para o transporte de produtos perigosos; Da identificação dos produtos perigosos; Do Registro de Veículos; entre outras.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdos conceituais (saber) – Conceitos; Riscos; Caracterização do Processo de Geração de riscos; Produto Perigoso; Os riscos ambientais; Caracterização de toxicidade por via de exposição; Descrição de riscos; O Fluxo Veicular Rodoviário de Produtos Perigosos; Riscos de acidentes nos transportes rodoviários; Fatores contribuintes para os acidentes no tráfego rodoviário; Segurança no Tráfego Rodoviário de Produtos Perigosos; Do direito ao trânsito seguro e o Sistema Nacional de Trânsito; Transporte rodoviário de Produtos Perigosos no Brasil. Conteúdos Procedimentais (saber fazer) – A Malha Rodoviária Brasileira; Produtos Perigosos mais transportados no país; Do direito ao trânsito seguro e o Sistema Nacional de Trânsito; Cadastro de acidentes; Gerenciamento de riscos no transporte de produtos perigosos; Procedimentos em Emergências Rodoviárias; Descrição de riscos; O Fluxo Veicular Rodoviário de Produtos Perigosos; Riscos de acidentes nos transportes rodoviários; Fatores contribuintes para os acidentes no tráfego rodoviário; Segurança no Tráfego Rodoviário de Produtos Perigosos; Do direito ao trânsito seguro e o Sistema Nacional de Trânsito; Transporte rodoviário de Produtos Perigosos no Brasil; A Malha Rodoviária Brasileira; Produtos Perigosos mais transportados no país. Conteúdos Atitudinais (saber ser) – Do direito ao trânsito seguro e o Sistema Nacional de Trânsito; Cadastro de acidentes; Gerenciamento de riscos no transporte de produtos perigosos; Procedimentos em Emergências Rodoviárias.

METODOLOGIA

As aulas serão expositivas e participativas utilizando data-show, com trabalhos em grupo com exposição na classe.

Toda comunicação e troca de arquivos digitais entre alunos e professor será realizada por meio de e-mail ou por ambiente virtual da universidade (MOODLE).

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Realizada através de 01 (um) trabalho em grupo com exposição na sala de aula (Peso 5), e de uma prova escrita individual (Peso 5). Além disso, serão pontuadas as presenças nas aulas e participação efetiva por parte dos alunos nas aulas.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Decreto nº 96.044, de 18 de maio de 1988. Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d96044.htm>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.563, de 19 de julho de 1995. Dispõe sobre a execução do Acordo de Alcance Parcial para a Facilitação do Transporte Multimodal de Mercadorias, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, de 30 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1563.htm>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998. Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2521.htm>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Decreto nº 3.411, de 12 de abril de 2000. Regulamenta a Lei nº 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas, altera os Decretos nos 91.030, de 5 de março de 1985, e 1.910, de 21 de maio de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3411.htm>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.276, de 19 Novembro de 2004. Altera os arts. 2º e 3º do Decreto no 3.411, de 12 de abril de 2000, que regulamenta o Transporte Multimodal de Cargas, instituído pela Lei no 9.611, de 19 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5276.htm>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001. Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10233.htm>. Acesso em nov. 2017.

BRASIL. Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001. Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10233.htm>. Acesso em nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.611, de 19 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9611.htm>. Acesso em 20 nov. 2017.

Docentes Responsáveis no semestre 2017.2:

Nome: JOSE RICARDO UCHÔA CAVALCANTI ALMEIDA Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Aprovado em reunião de Departamento (ou equivalente) em ____/____/____

Assinatura do Chefe de Departamento
(ou equivalente)
